



A CIÊNCIA COMO FORÇA TRANSFORMADORA E REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL PRÉ-REPUBLICANO

Luiz Alberto Scotto de Almeida¹

Resumo: *Este artigo analisa como as pesquisas de Antropologia, Sociologia, Literatura e Folclore desenvolvidas pelos intelectuais da Escola de Recife de 1870 integraram-se, naturalmente, ao projeto político de sua geração. Projeto esse político/intelectual, na busca de uma teoria do Brasil, que hoje é plenamente identificado como burguês e modernizador, científico e urbano. Neste sentido, demonstraremos como o crítico Sílvio Romero e seus companheiros da Escola de Recife fizeram uma revolta político-intelectual coletiva nos anos que antecederam à Proclamação da República.*

Palavras-chave: *Política crítica. Escola de Recife. Sílvio Romero. Cientificismo.*

INTRODUÇÃO

O momento vivido pela cidade de Recife tornou-se ardente no final dos anos 60 do século XIX quando a propaganda republicana se intensificou e a juventude estudantil da Faculdade de Direito tomou conhecimento das novas ideias que provocavam ou explicavam as transformações vividas pelos países europeus. Eram os ventos da revolução burguesa, da hegemonia do sistema capitalista e da segunda revolução industrial. Mas estas mudanças eram atribuídas à força geradora de todas as transformações: a ciência. Era a ciência que se apresentava como responsável pelos avanços materiais e a única a possuir explicações para os fenômenos naturais, sociais, culturais e econômicos das grandes nações. O cientificismo fornecia o instrumental teórico para que a sociedade alcançasse o caminho evolutivo do desenvolvimento econômico infundável. Era preciso, portanto, estudar a nação brasileira através do olhar científico, tomar as atitudes saneadoras e aguardar as consequências benéficas que inevitavelmente a levariam ao futuro promissor. A ciência, portanto, era a força revolucionária das grandes transformações.

Um grupo de jovens nordestinos – principalmente de Sergipe e do Ceará – envolveu-se com estas doutrinas científicas de forma absoluta. A frente deles estava Tobias Barreto de Meneses – um mulato, do quarto ano do Direito e um pouco mais velho que os demais – que sacudia a cidade com sua verve, cultura desconcertante e uma oratória ilustrativa (“a religião são as hemorroidas da alma”) que punha as pessoas a admirá-lo. Era também poeta e neste campo seu parceiro era o jovem baiano Castro Alves, também estudante de Direito, também republicano e apaixonado pelas novas ideias. Do grupo fazia parte Sílvio Romero, Artur Orlando, Clóvis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Martins Júnior, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higino, Araripe Júnior.

¹ Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Professor associado do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. E-mail: scottoluis@gmail.com.



Sílvio Romero chamou o grupo de “Escola do Recife” e atribuiu a Tobias Barreto a liderança incontestável na divulgação das novas doutrinas, base das teorias que seriam desenvolvidos dali em diante nos estudos brasileiros. A forte influência de autores alemães – em contraposição ao francesismo já tradicional no pensamento brasileiro – encaminhou os estudos em busca de mais rigor científico, pragmatismo sociológico, e menos reflexões conceituais de caráter especulativo. Foi assim que “um bando de ideias novas” chegou ao Brasil, nas palavras de Sílvio Romero, e que tão bem expressam a quantidade e a desorganização com que foram difundidas.

A ideia central ou, melhor dizendo, o conjunto teórico, que caracterizou o pensamento da “Escola do Recife” foi a utilização do instrumental racionalista europeu para apregoar a vitória da cientificidade sobre todos os estudos e paixões humanas. Cientificidade era o império da ciência na intermediação e entendimento da realidade social, política, cultural. Do positivismo de Augusto Comte ao liberalismo de Herbert Spencer, o eixo central do novo pensamento estava na crença que só os instrumentos científicos da racionalidade poderiam fornecer o entendimento pleno da realidade. E essa, por sua vez, deveria ser submetida à vontade humana, dobrada e civilizada, porque em sua forma bruta representava um tempo selvagem de descontrole e de atraso.

Estamos diante, portanto, de um tempo de mudanças e também uma mudança de tempos. Os paradigmas teóricos, daí em diante, serão outros e Sílvio Romero escreveu sobre aquele momento:

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora [...] De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez [...] A Guerra do Paraguai [...] a questão dos cativos se agita e logo após a questão religiosa; tudo se põe em discussão [...]. Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte [...]. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife. (ROMERO, 1979, p. 173).

Dentro deste novo discurso, estava a intenção de desvendar a realidade, utilizando-se de um instrumental científico moderno. A busca pela realidade “verdadeira”, na Europa e também no Brasil, resultou no debate sobre o homem – a identificação do habitante – e sobre o meio físico – seu espaço geopolítico. Em outras palavras, num debate sobre a realidade e uma especulação política e intelectual sobre a nacionalidade. Definir a nação era uma tarefa política e também uma tarefa intelectual. O realismo foi uma estratégia de leitura que teve como objetivo o encontro desta nacionalidade. É desta perspectiva que vamos compreender a atribuição de valor ao elemento local, a representação dos costumes, a reprodução literária fiel ao retrato vivido pelas pessoas de determinada nacionalidade. A nação, portanto, é o elemento a



ser representado nesta nova escrita que se compromete com determinado “povo” de determinado “lugar”.

A experiência nacionalista europeia resultou em textos literários marcados por elementos nacionais. Honoré Balzac, os irmãos Grimm, Robert Stevenson determinam, de fato, o caráter nacional de suas escritas a partir de elementos que buscam na realidade: seja na representação de uma pequena burguesia, nos contos populares infantis, ou na fixação apaixonada pela ciência. Em todos eles, o caráter nacional está presente nas descrições dos personagens e nas relações que estes estabelecem. Há uma afirmação clara de nacionalismo na produção literária porque esse é o tema presente para a Europa (de 1835-1880), que vive as guerras e as revoltas nacionalistas de alemães, italianos, irlandeses, sérvios e tantos outros.

Desde os primeiros escritos (de Sílvio Romero), é evidente que não lhe basta uma crítica puramente literária. Quer, segundo os modelos cientificistas de seus mestres europeus, descer à análise dos fatores condicionantes – meio, raça, evolução social, tradições – quer atingir setores da vida coletiva – política, ensino. Passa pela filosofia, pela etnologia, pela sociologia. É bem um homem de seu tempo, embriagado pela revelação de tantas disciplinas novas, que pareciam trazer a chave do conhecimento (CANDIDO, 1988, p. 96).

As palavras de Antônio Candido dão a dimensão e a abrangência com que a crítica realista (ou naturalista) pretendeu tratar os estudos literários, englobando os tempos sociais e políticos da nação. Este instrumental crítico chegou ao Brasil carregado de um entendimento científico da realidade que tinha como objetivo a definição do caráter nacional: seja nos aspectos referentes ao povo, seja com relação ao meio e suas representações culturais. Isso se tornou inovador porque Sílvio Romero teve que provar a existência do personagem nacional – o mestiço – que dizia existir, e encontrar a expressão de sua forma cultural única. Essa era a prova incontestável de que havia uma nação porque nela habitava um povo geneticamente homogêneo e com expressão cultural própria. Até aquele momento, a nação era representada pelo indianismo e a literatura nacional contava sua saga épica e romântica. Era o que Machado de Assis chamou de “vestir-se com as cores do país”. Sílvio Romero foi atrás do nacional rastreando a figura do mestiço e tratando de atribuir a sua representação como a mais genuína do povo brasileiro. E acabou por colocar a crítica literária e os estudos sobre o Brasil em outro enquadramento intelectual.

O “bando de novas ideias” levou o jovem Sílvio Romero ao seguinte entendimento: o Brasil vive uma situação de atraso porque os instrumentos gerenciais – sejam políticos ou econômicos ou culturais – não são científicos, não são racionais e obedecem a uma ordem clerical e monárquica que não permite sua “evolução” natural. Um rei, um ordenamento católico e uma cultura romântica só poderiam derivar no país atrasado que resultou. Essas “anomalias” institucionais eram os fatores que impediam o desenvolvimento (ou seja, o progresso), dentro de um ordenamento (ou seja, uma ordem) normal da evolução das coisas vivas. Era preciso enquadrar o país numa releitura baseada no conhecimento científico e, através dele, descobrir a verdadeira nação brasileira. Antônio Candido escreve: “Se já houve projeto ambicioso no Brasil, poucos terão sido mais que o desse estudante sergipano, embriagado pela divulgação da ciência europeia” (CANDIDO, 1988, p. 42).



Os primeiros textos de Sílvio Romero deram relevo ao alvo escolhido por ele: o romantismo. Atacar o romantismo era atacar o conceito de nação que o *status quo* monárquico havia construído. Ao mesmo tempo, era descobrir elementos nacionais que justificassem o Brasil como uma unidade nacional. Com isso, Sílvio Romero colocava os temores políticos de que o país se esfacelaria numa eventual mudança de regime – como era senso comum na época – dentro de outra perspectiva de compreensão. O sistema monárquico, por exemplo, era uma dessas anomalias irracionais que provocavam o atraso. Junto com ela, o conceito indianista que de modo algum significava uma nação, mas uma raça condenada à extinção. Desta perspectiva, de fato, o país corria todo tipo de riscos e as razões eram seu próprio desconhecimento e equívocos (SEVCENKO, 2003, p. 103).

Desde os meados e fins da Idade Média outra não tem sido a marcha o ritmo do movimento nacional na Europa. Sempre a força biológica da história, isto é, a ação étnica, representada pelo sangue e pela língua, foi-se tornando o centro de atração constituidor dos grandes focos nacionais. Assim foi por toda a parte. Os antigos reinos e estados ibéricos se transformaram na Espanha, os antigos condados e reinos que ocupavam o velho solo da Gália produziram a França; a antiga heptarquia anglo-saxônica produziu a Inglaterra, as províncias unidas produziram a Holanda. Esta força de integração étnica foi sempre produzindo a sua ação, dissolvendo uns estados e fundando outros. No século XIX deram-se três exemplos iniludíveis do fato: a unidade dos povos alemães, a unidade da Itália, a quase completa desagregação da Turquia. Ali é a unidade de raça a força atrativa; aqui é ainda o fator étnico que agremia as populações eslavas e as habilita a sacudirem o jugo turco. São as lições da história (ROMERO, 2001, p. 47).

A obra da segunda fase de Sílvio Romero (CANDIDO, 1988) se propôs a apresentar o Brasil aos brasileiros. Foi neste período que se concentram seus mais relevantes estudos literários, aonde foi mais forte o ataque ao romantismo e a afirmação científica de nacionalidade com a definição do “meio”, da “raça” e da “cultura popular”. Assim, sua crítica literária determinista acabou por direcioná-lo a estudos sociológicos da formação do povo brasileiro até então inéditos no Brasil. “O pensamento crítico de Sílvio Romero se apresenta como parte duma interpretação social e como arma de interferência na vida e na cultura. Só o podemos avaliar, pois, se levarmos em conta a sua relação com o momento em que viçou” (CANDIDO, 1988, p. 15).

Antonio Candido destaca o contexto da obra porque, de fato, é determinante para seu entendimento. A valorização étnica e cultural do negro (em meio à campanha abolicionista); a contestação do sistema de governo monárquico (em meio à campanha republicana); avaliação do quadro social brasileiro das últimas décadas; o programa de imigração; a constituição da nacionalidade; as consequências do determinismo étnico e mesológicos e uma consistente reconstituição de atividades intelectuais – literárias e culturais, seja poesia ou ensaio, romance ou folclore, publicismo ou jornalismo – genuinamente brasileira. Tudo isso constituiu a importância da *História da Literatura Brasileira* que, além de redefinir o caráter nacional, atribuiu à atividade literária uma dimensão absoluta e inovadora. “O grande defeito de certa espécie de crítica, muito comum entre nós, é nunca fazer estudos de conjunto [...]. É sempre uma coisa fragmentada, um punhado de destroços impossíveis de ligar pela imaginação” (ROMERO, 2005, p. 42).



Na busca de uma interpretação social que justificasse a experiência de uma literatura essencialmente nacional e, portanto, expressão cultural e prova inquestionável da existência de um povo homogêneo e harmônico, Sílvio Romero encontrou no mestiço – uma raça resultante da mistura de índios, negros e portugueses. Essa definição racial do povo brasileiro (“a força biológica da história”) é apresentada como uma verdade étnica, habitante do território nacional. “A unidade nacional é garantida, a meu ver, pelos agentes morais e pela energia étnica” (ROMERO, 1980, p. 1138). A existência do “homem brasileiro” resolvia todos os problemas: tínhamos um único habitante na imensidão territorial, tínhamos, portanto, um sangue igual que gerava uma só manifestação cultural que estava na base do folclore popular. De certa forma, Sílvio Romero simplesmente substitui a mítica do índio, pela mítica do mestiço.

A preocupação com a definição racial do povo brasileiro fazia parte de um projeto que tentava corrigir, para Sílvio Romero, um erro histórico da construção discursiva do romantismo e, portanto, da própria definição do “caráter nacional”. Ao nos separarmos da figura do português, na busca por uma representação nacional, caímos na figura do índio, conduzidos pela representação simbólica do romantismo. Mas isso nos teria levado a um segundo impasse: como a realidade brasileira não era nem portuguesa, nem africana e nem indígena, continuamos a não termos uma representação cultural/literária que construísse a nação a partir da verdade de seu povo. Daí todo seu interesse nas pesquisas de cultura e de folclore popular, a descoberta da figura do “mestiço” e a tentativa de dar uma unidade genética ao povo brasileiro. E esta unidade havia sido resultado de uma miscigenação racial, uma fusão de raças.

O índio do romantismo era um problema. Além de representar o objeto e não o sujeito do saber científico e que era visto naquele presente do século XIX como indolente e omissivo, teve sua mítica construída num passado glorioso na visão do romantismo. Por esse lado, também o mestiço não podia falar do presente. Os mesmos estudos raciais em que se apoiava Romero, tanto serviam para definir a existência de um único povo formando uma nação, como para hierarquizar a espécie humana e explicar a colonização de umas nações sobre outras. Internamente, o discurso afirmava que a essência de uma nação era a unidade racial de seu povo e não a existência de uma nobreza. Daí o discurso e os estudos voltados ao povo, à criação da “unidade de raça” contida no povo de cada nação e, claro, em favor da república. Mas, a visão eurocentrista e colonialista de exploração da África, da Ásia e da América Latina também se serviam dos mesmos argumentos raciais para explicar a superioridade da raça branca sobre as demais (VENTURA, 2000, p. 31).

E esse era o grande impasse de Sílvio Romero. Se por um lado havia encontrado a unidade racial no habitante do Brasil – com exigiam os estudos científicos (e “as lições da história”) para reconhecimento da existência de uma nação – por outro lado, esta unidade racial estava na figura do mulato. Os estudos científicos apontavam o branco como ápice da cadeia de desenvolvimento humano. Na ordem evolutiva das raças humanas (pois na época éramos tantas quanto cores de pele existissem), o branco era o mais capacitado, o mais adaptado e o mestiço era pernicioso para a sobrevivência da espécie. A solução encontrada por Romero foi defender a imigração europeia para o país e promover o “branqueamento” do povo num futuro não muito distante. Portanto,



assim como o índio, também o mulato não tinha um presente. Mas ao contrário do índio, no discurso de Sílvio Romero, o mulato tinha futuro.

[...] minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco: mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com que tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo (ROMERO apud MORAIS FILHO, 1985, p. 263).

No encargo de construir a nação brasileira, Sílvio Romero foi enfrentando intelectualmente todas as tarefas, mesmo que isso significasse estudos distantes da literatura. Na busca da afirmação deste “mulato brasileiro”, saiu à procura de um passado que assegurasse uma “certa tradição” de unidade, enquanto povo da mesma nação. Neste andar, reconheceu a importância cultural do negro e a existência de um mestiçamento, se não físico, inevitavelmente moral e intelectual de toda a população brasileira. “O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional. Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial” (ROMERO, 2001, p.119).

Localizado o personagem fundador na nação brasileira, Sílvio Romero parte para a sua realização positiva, dentro da história do país, alinhando-o na perspectiva política que lhe interessa:

Ora, os dois maiores fatores de igualização entre os homens são a democracia e o mestiçamento. [...] Em um povo destarte argamassado, os mestiços de todas as gradações e matizes estão em maioria e nos governos democráticos a maioria dita a lei. Todos os grandes fatos de nossa história são outras tantas vitórias das populações brasileiras nova, mestiçadas de sangue e de sentimento e intuições (ROMERO, 2001, p. 72-75).

E como ocorria nas lutas pela criação dos estados nacionais europeus, também Sílvio Romero buscou a “verdadeira” cultura popular, prova legitimadora do autêntico e único espírito nacional [...]. Seus estudos sobre o folclore tentaram provar essa singularidade, cuja existência nos tempos passados seria o argumento definitivo dessa unicidade da nação. E assim encontramos Sílvio Romero juntando quadrinhas e versos para demonstrar que ali estava o nascedouro de uma forma de viver que caracterizava, mais do que qualquer monarquia, a existência do Brasil e do povo brasileiro. A tradição cultural expressa na poesia de um Gregório de Mattos Guerra, por exemplo, alavancava a defesa inquestionável de uma cultura própria que tinha como origem o tipo brasileiro genuíno. “No dia em que o primeiro mestiço cantou a primeira quadrinha popular nos eitos dos engenhos, neste dia começou a originar-se a literatura brasileira” (ROMERO, 2001, p. 183).

Há em toda a obra de Sílvio Romero, deste momento, o esforço em provar a viabilidade do Brasil. “[...] as populações genuinamente brasileira, resultantes das três correntes que confluíram, das três almas que se fusionaram. A República foi uma vitória dessas populações novas [...]. Ela representa a maioria e tem assim um esteio



etnográfico” (ROMERO, 2001, p. 76). Ele concentra suas pesquisas na tentativa de demonstrar unidades harmônicas. Foi assim que viabilizou o mulato brasileiro e, também deste modo, encontrou uma cultura “verdadeira” para o povo. Demonstrar a existência de um país possível foi seu objetivo neste período pré-proclamação. Passando por cima de fissuras já visíveis nas ruas das grandes cidades, onde a convivência do imigrante branco e anarquista esbarrava no negro alforriado e analfabeto; onde a inexistência de uma classe operária mantinha ainda aviltante a forma de trabalho; onde a estrutura agrária era ainda escravocrata; onde os contrastes regionais e culturais eram gigantescos, Sílvio Romero construiu um discurso sociocultural harmonizando as diferenças e, de fato, dando unidade a um todo tão diversificado.

Em países como o Brasil, onde o Estado nasceu antes que um sentimento de nacionalidade preponderasse, os intelectuais, escritores e artistas foram essenciais na produção de um imaginário nacional, produção na qual Sílvio Romero se engajou profundamente. O autor se empenhou em narrar cientificamente o Brasil e, a partir desse *a priori*, discorreu sobre a história, a literatura, a cultura popular, as três raças fundadoras, a mestiçagem, a imigração européia e os ideais políticos. Imbuído de um compromisso vigorosamente nacionalista, Sílvio Romero cunhou o que poderíamos chamar de uma *teoria do Brasil* (SCHNEIDER, 2005, p. 15).

Esta “teoria do Brasil”, constatada por Alberto Schneider, tornou-se também a prova científica da existência de um país além e acima dos sistemas de governo. Neste sentido, é que seus estudos se integravam nas lutas políticas em favor da república. Ao atribuir a “unidade de raça a força atrativa” na formação das nações, o sistema de governo monárquico – que até então se arvorava como o mantenedor da unidade nacional – deixava de ser sinônimo de coesão. Essa unidade nacional vinha da unidade racial do povo brasileiro. “Profetizando essa verdade, já havia dito, há sessenta anos, o marquês de Maricá, em forma irônica e atacante, é certo: ‘Nosso primeiro imperador foi deposto porque não era nato; o segundo há de sê-lo porque não é mulato’. O velho marquês tinha razão: não há mais lugar na América para o sangue azul da realeza [...]” (ROMERO, 2001, p. 76).

O otimismo nacionalista desta geração foi se abrigar na obra de Sílvio Romero porque ali a ciência parecia garantir – mais do que isso, parecia assegurar – um futuro político e racial para o Brasil. A obra toda, desta primeira fase, está impregnada do “espírito civilizador” e de uma empolgante novidade. Sílvio Romero demonstra e prova em sua *História da Literatura Brasileira* a existência de uma literatura, de uma poesia, de um jornalismo, de um romance, enfim de um a produção cultural totalmente desvinculada do pensamento português. Demonstra também que essa produção é reflexo e expressão cultural de uma raça única, mestiça no seu padrão genético num futuro muito próximo, e formadora do povo brasileiro. Em toda a *História da Literatura Brasileira*, apesar dos ataques ao romantismo indianista que constituiu o fator nacional até aquele momento, perpassa no ar a noção de porvir que impregna a obra com seu caráter otimista. Há ali a descoberta de um povo, depositário legítimo de uma cultura popular, que conduzem o pensamento do autor a um conceito de nacional profundamente impregnado – por mais irônico que possa parecer – de romantismo. “O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constituiu uma raça compacta e



distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros” (ROMERO, 2001, p. 110).

Na verdade, essa trajetória de estudos e de otimismo de Sílvio Romero, que estamos tentando demonstrar, estava integrada ao sonho coletivo da juventude intelectual de sua época. A própria designação “geração de 70” revela a indefinição, a dúvida na caracterização de um determinado tempo de atividade intelectual ou movimento objetivo de atividade política. Mas, a verdade é que houve uma explosão de ideias e de obras, de atividade política e de rebeldia, mas nunca de maneira harmônica ou coordenada. Porque o fato é que foram grupos absolutamente independentes, mas com forte produção intelectual e atividade política que, em muitos lugares e em alguns momentos, tornaram-se a voz das novas elites agrárias do interior do país. Mas, ao mesmo tempo, também foram representantes de setores incipientes da vida urbana. De todas as maneiras, a década de 1870 tornou-se o momento da vida nacional quando, pela primeira vez, a produção crítica intelectual, em volume e densidade, foi capaz de impor uma pauta de discussão nacional. E nos tempos que se seguiram, o país nunca mais foi o mesmo.

O movimento crítico do Recife, que floresceu desde 1868 ou 1869, [...] foi a primeira manifestação orgânica e flagrante do processo de aburguesamento refletindo-se nas esferas mentais. Foi a primeira expressão coerente, no campo literário e filosófico, de uma ideologia burguesa no Brasil. O processo de aburguesamento [...] dera origem, apenas no século XIX, a uma classe urbana de comerciantes, funcionários, bacharéis, em parte mestiços e filhos de portugueses, que se antepunha ao patriciado decadente, ansiosa por recolher-lhe a herança. Não que o grande domínio rural estivesse para desaparecer, e a República importasse em vitória exclusiva da burguesia urbana. O processo que se desenvolve é o da união desta com a nova potência agrária, o fazendeiro de café, substituído na hegemonia econômica do plantador de cana e levado, pela própria natureza da sua lavoura, a tornar-se partidário da mão-de-obra livre e da descentralização política (CANDIDO, 1988, p. 116).

Se o momento intelectual da “Escola do Recife” teve a primazia, como assegura Antonio Candido, na divulgação das novas ideias, isso não significa que outras províncias estivessem vivendo a vida cultural da corte. Pelo contrário. A juventude gaúcha e paulista, que tinha sua formação na Faculdade de Direito de São Paulo, também mergulhava no cientificismo com a responsabilidade de adequá-lo para carregar as antigas bandeiras federalistas e republicanas de suas províncias. As forças econômicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, e sua jovem elite intelectual, estiveram juntas na luta e na propaganda que antecedeu a proclamação. E os acontecimentos que se seguiram ao 15 de novembro, com a divisão do movimento e a desilusão de intelectuais como Sílvio Romero (como veremos adiante), deixam dúvidas sobre a natureza distinta do fazendeiro de café e do plantador de cana, de que fala Antonio Candido.

Mas o fato era que, até ali, o tempo era de propaganda e de otimismo pelas novas ideias. Os jornais de propaganda abolicionista e republicana proliferaram a partir da metade da década (como vimos no capítulo um). Jornais como *A República*, do Clube Republicano Acadêmico, demonstram bem a aliança entre gaúchos e paulistas: era dirigido por Júlio de Castilhos e reunia Assis Brasil, Borges de Medeiros e o paulista



Alberto Sales. Já Sílvia Romero tinha participação no jornal estudantil paulista *A Luta*, onde escreviam políticos já tradicionais como Campos Sales e Prudente de Moraes. Um exemplo do jornalismo e da propaganda que realizavam e do que eles chamavam orgulhosamente de “política científica”.

A Luta tinha uma linha científica de ataque ao Império e de defesa do republicanismo. Seus artigos obedecem a um verdadeiro padrão: apresentam um assunto de debate político do dia; vasculham nas obras de Comte, Spencer, Renan, Darwin, Haeckel, Moleschott, Pichard, Le Bon, Strauss, Stuart Mill, Lewes, Laffitte e Buckle – para mencionar os mais citados –, os princípios científicos gerais aplicáveis ao problema; em seguida enquadram a questão e concluem apresentando uma solução ‘oportuna’. Uma seção literária exibia não as obras românticas, mas romances naturalistas. Havia traduções como a de *Naturalismo em Literatura*, de Zola, por Sílvia Romero (ALONSO, 2001, p. 147).

Nesta reconstrução do ideal republicano de Sílvia Romero, estamos tentando demonstrar que, para ele e sua geração, atividade política e atividade intelectual eram a mesma coisa. Os elementos que balizaram suas pesquisas para a *História da Literatura Brasileira* serviam também para integrá-lo na propaganda republicana e formar sua visão de mundo. A curiosidade intelectual era motivada pela ação política e esta só prosperava para quem tivesse realizado alguma obra artística ou intelectual. “O entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas. As faculdades de direito davam, sobretudo, o treino retórico e a erudição em história e literatura” (ALONSO, 2001, p. 113).

Na introdução de sua principal obra de crítica literária, Sílvia Romero vai escrever quinze páginas de texto onde, se imagina, irá apresentar aquele novo e relevante trabalho. Pois bem: dez páginas são sobre a abolição da escravatura e a forma de governo republicano que está no porvir. Fala muito da escravatura, que tinha ocorrido naqueles dias. Depois inicia uma discussão sobre a forma de governo republicano: se o federalista ou o centralista. Debate e argumenta que é preciso manter o equilíbrio (“[...] é bom adiar as paixões e dar entrada à imparcialidade”) e se apresenta como um cientista estudando um campo específico da realidade: o Brasil. Quer um governo centralizador, mas não intervencionista. Depois advoga a ideia de que quem tem condição de usar uma pena deve utilizá-la para ajudar a guiar o povo e discute educação, migração, reforma agrária e latifúndio. Dedicar somente duas páginas para falar de seu trabalho intelectual passado. E nada diz sobre a grande obra que estava ali para ser apresentada.

Pois, essa introdução pertence ao livro fundador da crítica literária moderna brasileira: *História da Literatura Brasileira*. Podemos pensar que Sílvia Romero está tão envolto na atmosfera política da época que seu olhar, ao terminar o livro – em 19 de maio de 1888 – já não se contém mais fechado, trancado e contido, nos estudos literários. Mas, isso não é verdade. Para ele e sua geração, as coisas não eram assim. Muito pelo contrário: a motivação intelectual tinha como base a intenção política. Encontramos isso tido claramente em seus textos políticos, de 1884:



O parlamentar brasileiro, com raríssimas exceções, se é que as há, não tem tanto em mira as vantagens do país, como exibir as sua honorífica individualidade, não porque seja ele um homem mau e ambicioso, mas por ser, quase sempre, uma bacharel ignorante e ingênuo [...] Daí a estreiteza de suas lutas [...] Daí o triste empenho de governar com frases e progredir as escuras; daí a esterilidade dos partidos [...] - a falta de completa reforma nas idéias, ditadas pela necessidade de uma outra filosofia social [...]. E, todavia, sem esse estudo preliminar, sem o conhecimento exato da civilização brasileira, se é que de uma tal civilização podemos falar, nada de realmente duradouro poderão os políticos fundar. Continuaremos a ser no fundo uma nação semi-bárbara, ainda que trajada à européia. Só um remédio existe para tamanho desideratum – mergulharmo-nos na corrente vivificante das idéias naturalistas e monísticas que vão transformando o velho mundo. (ROMERO apud MOTA, 2000, p. 38).

Sua crítica de 1883 aos políticos do Império tinha como eixo a crença que o bom desempenho intelectual era base e garantia de uma competente atuação política. A ideia de uma elite letrada – como tanto defendeu – tem sua origem nesta vertente política e ideológica da propaganda liberal republicana, herdeira do iluminismo. Alguém intelectualmente preparado, portador do espírito civilizador, era o único personagem capaz de guiar o povo. Esse intelectual/político teria o papel fundamental enquanto o povo, através da alfabetização, preparava-se para assumir sua própria história. Portanto, o conceito de unidade, de junção da atividade intelectual e de ação política, não estava consubstanciado somente na obra. Também produzia o próprio sujeito, a liderança completa, capacitado para colocar em prática a “política científica”.

Muito interessante é observar como Sílvio Romero atribui importância histórica para o papel desempenhado pela própria individualidade no processo social de uma nação ou de uma cultura. Além do meio, da raça, do momento – elementos fundadores na interpretação crítica para Hipólito Taine e também para Romero, é claro – ele acaba agregando um quarto elemento como determinante do processo histórico e cultural de uma nação: a individualidade. É “[...] preciso que o crítico assinale e dê conta de alguma coisa de inicial, de primitivo, de fundamental, a individualidade, que em cada homem é uma resultante obscura de toda a evolução cósmica e humana [...]” (ROMERO, 1908, p. 1137). Dessa forma, o país precisaria ser dirigido “homens de caráter severo, de patriotismo provado, de ilustração larga, de estudos sólidos. Não basta ter sido declamador de rua ou de gazeta para pretender um posto na direção dos negócios; é mister inspirar confiança por produções sérias” (ROMERO, 1979, p. 142).

A derivação, portanto, de doutrinas de ciências humanas para doutrinas políticas era total e, inclusive, exigia o envolvimento pessoal do intelectual travestido de político. Toda essa geração brasileira de pensadores e intelectuais havia se moldado doutrinariamente pelos intelectuais europeus que também tiveram participação política efetiva. Hippolyte Taine, além de historiador e crítico, teve uma relevante produção política conservadora, com destaque para *As origens da França contemporânea*; Teófilo Braga, adversário intelectual de Sílvio Romero em calorosos debates e discussões, ganhou relevância como intelectual ativo e tornou-se presidente de Portugal. “Daí também a sua necessidade de participação política, a maneira com que intervém em todos os terrenos e em todos os temas, desde os mais simples e especializados aos mais complexos e amplos” (SEVCENKO, 2003, p. 97).



A importância que se atribuíam e era atribuída ao intelectual era senso comum, era valor social e todos davam autoridade e destaque às letras e sua derivação futura, a política. Durante a campanha republicana foram intelectuais/políticos que haviam decretado a “fossilização” do aparelho estatal monárquico. E eram eles também que decretavam a sociedade futura, suas características, suas prioridades e suas condenações. Neste sentido as pretensões intelectuais do autodidata Sílvio Romero, a arrogância e a postura imperiosa como defendia suas ideias, não destoava muito de seus parceiros intelectuais. Nicolau Sevcenko lembra: “O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por “mosqueteiros intelectuais” (SEVCENKO, 2003, p. 97).

A aproximação de Sílvio Romero com os liberais paulistas deu-se pelo viés ideológico. Pelas razões apontadas por Antonio Candido e também pela ideia da existência de uma vida agrária e próspera fora e distante da corte: com uma lavoura sem escravos, a utilização do colono imigrante, a modernização dos transportes, a criação de uma indústria, o desenvolvimento escolar, o ímpeto exportador revigorado – Sílvio Romero fascinava-se por tudo que representava a transformação e o futuro. Werneck Sodré vai identificar o encontro de interesses porque ele provinha de “uma classe que vai travar suas primeiras batalhas e juntava os seus esforços aos elementos da classe dominante que necessitavam a transformação parcial da estrutura vigente no sentido de lhes facilitar o desenvolvimento [...]” (SODRÉ, 1982, p. 364). Quer dizer, Werneck Sodré parece concordar com Antonio Candido quanto ao caráter reformista e burguês do pensamento de Sílvio Romero, neste momento pré-proclamação. “Na obra de Sílvio, o aspecto literário se entrelaça ao social e ao político – o crítico buscando uma base sociológica, esta levando-o a encarar as soluções políticas, e o resultado sendo um dos conjuntos mais coerentes da ideologia burguesa brasileira do século XIX” (CANDIDO, 1988, p. 118).

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento* – a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Ed. USP, 1988.
- FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia* – o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero – Dilemas e Combates no Brasil da Virada do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. v.4. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.
- _____. *Duelos no Serpentário* – uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. BUENO, Alexei e ERMAKOFF, George. (Org.). Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.
- _____. *Realidades e Ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.
- _____. *História da Literatura Brasileira; Tomo I*. Rio de Janeiro: Editora Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.



_____. *Introdução a Doutrina contra Doutrina*. Org. Alberto Venâncio Torres. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Difel, 1982.

Resumen: *Este artículo examina cómo las investigaciones de Antropología, Sociología, Literatura y Folklore desarrolladas por intelectuales de la Escuela de Recife 1870 integraban de forma natural el proyecto político de su generación. Proyecto político / intelectual, en busca de una teoría de Brasil, que está ahora plenamente identificada con la modernización burguesa, científica y urbana. En este sentido, vamos a demostrar como Romero y sus compañeros de la Escuela de Recife hicieron una revuelta colectiva político-intelectual en los años previos a la Proclamación de la República.*

Palabras clave: *Política. Crítica. Escuela de Recife. Silvio Romero. Cientificismo.*